

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE JORNALISMO  
MARIA CLARA PRUDÊNCIO DE ARAUJO**

**AMAZÔNIA EM CHAMAS: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL  
NACIONAL DAS QUEIMADAS NO NORTE DO BRASIL**

**MACAPÁ  
2025**

**MARIA CLARA PRUDÊNCIO DE ARAUJO**

**AMAZÔNIA EM CHAMAS: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL  
NACIONAL DAS QUEIMADAS NO NORTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Jornalismo da Universidade Federal do  
Amapá, como parte das exigências para obtenção  
do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Alan Milhomem da Silva

**MACAPÁ**

**2025**

**MARIA CLARA PRUDÊNCIO DE ARAUJO**

**AMAZÔNIA EM CHAMAS: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL  
NACIONAL DAS QUEIMADAS NO NORTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Data da aprovação: \_\_\_/\_\_\_/ 2025

**Banca Examinadora**

---

Orientador Dr. Alan Milhomem da Silva  
Universidade Federal do Amapá

---

Avaliadora Prof. Dra. Lylian Caroline Maciel Rodrigues  
Universidade Federal do Amapá

---

Avaliador Prof. Me. Andrew Aurelio Pinto Costa  
Universidade Federal do Amapá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

---

A663a Araújo, Maria Clara Prudêncio de.

Amazônia em chamas: uma análise da cobertura do jornal nacional das queimadas no norte do Brasil / Maria Clara Prudêncio de Araújo. - Macapá, 2025.

1 recurso eletrônico.

23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Jornalismo, Macapá, 2025.

Orientador: Alan Milhomem da Silva.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Queimadas. 2. Jornalismo ambiental. 3. Cobertura midiática. I. Silva, Alan Milhomem da, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 079.81

---

# AMAZÔNIA EM CHAMAS: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL NACIONAL DAS QUEIMADAS NO NORTE DO BRASIL

Maria Clara Prudêncio de ARAUJO<sup>1</sup>

Alan Milhomem da SILVA<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura do Jornal Nacional sobre as queimadas na Amazônia em outubro de 2023. A partir do entendimento de jornalismo ambiental baseado em Bueno (2007) e utilizando a metodologia de Análise da Materialidade Audiovisual proposta por Coutinho (2016; 2018; 2022), a pesquisa examina 28 edições do telejornal exibidas no mês de outubro e conclui que a cobertura foi limitada, centralizada e superficial. Dos sete estados da região Norte, apenas o Amazonas teve destaque na cobertura. Além disso, os resultados apontam que a cobertura do JN sobre os incêndios na Amazônia, em outubro, durou pouco mais de 10 minutos e negligenciou a complexidade da crise socioambiental, a diversidade de fontes e a pluralidade regional. O estudo evidencia que o principal telejornal do país reforçou um padrão de apagamento midiático da região Norte e falhou em cumprir os princípios do jornalismo ambiental.

**Palavras-chave:** queimadas; jornalismo ambiental; cobertura midiática; crise climática.

## INTRODUÇÃO

Em outubro de 2023, a Amazônia registrou o maior número de áreas queimadas para o mês em 15 anos, de acordo com dados do Programa de Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com pouco mais de 22 mil focos de incêndios, os estados da região Norte com o maior percentual de áreas preservadas do bioma enfrentaram um período severo, com 4 milhões de hectares atingidos pelo fogo entre os meses de setembro e outubro. O MapBiomas Fogo, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), indicaram como principais causas das queimadas: a seca extrema, o fenômeno *El Niño* e as altas temperaturas registradas na região. O levantamento revelou que na primeira quinzena de outubro, foram computados 10.801 focos de queimadas em todo o território da Amazônia.

Com relação à cobertura da temática pela mídia nacional, as queimadas na Amazônia Legal disputaram espaço com o conflito entre Israel e Palestina, que teve início no mesmo período. Nesse sentido, o principal telejornal do Brasil, o Jornal Nacional da Rede Globo,

---

<sup>1</sup> Acadêmica do oitavo semestre do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Amapá.

<sup>2</sup> Professor orientador. Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Comunicação e Sociedade (UFT). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFMA). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Cultura Pop (CNPq/Unifap). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (NEPJor/CNPq/UFT).

noticiou as queimadas e a estiagem na Amazônia em um período intercalado, do dia 3 ao dia 16 de outubro, totalizando sete coberturas sobre o tema em 28 edições do jornal. Considerando estes dados, esta pesquisa tem como objetivo analisar a cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre os incêndios na Amazônia a partir da análise da materialidade audiovisual (Coutinho, 2016; 2019).

Para tanto, inicialmente é feito um breve histórico das queimadas na Amazônia e a questão ambiental em 2023. Posteriormente, é apresentado um breve relato da história do JN e uma contextualização sobre a relevância do telejornal. Por fim, são apresentados os passos da coleta do corpus empírico e a análise realizada, bem como os resultados alcançados. O presente trabalho se justifica pela necessidade de expor, descrever e analisar os materiais jornalísticos encontrados, com o objetivo instigar reflexões sobre a cobertura ambiental do JN e a realidade enfrentada pelos estados da região Norte no período mais incendiário de 2023.

## **FOGO NA AMAZÔNIA: AS QUEIMADAS EM 2023 NA REGIÃO NORTE E O JORNALISMO AMBIENTAL**

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), em parceria com o Inpe, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastre (Cenad) realizaram, no segundo semestre de 2023, o Boletim nº 2 acerca do monitoramento e possíveis impactos do *El Niño* no Brasil. No documento, foi estabelecido que desde junho de 2023 as temperaturas da superfície do mar indicavam a presença do fenômeno *El Niño*, caracterizado por uma faixa de águas quentes no Oceano Pacífico Equatorial, com temperaturas superando 3°C na costa da América do Sul (Painel El Niño, 2023). Esse aquecimento resultou em alterações nos padrões climáticos do Brasil, com chuvas intensas no Sul e déficits de precipitação em grande parte da região Norte, especialmente no centro-oeste da região.

O estudo também realizou o monitoramento das condições de seca, revelando agravamento do fenômeno na região Norte do Brasil. Foi observado a intensificação da seca na região central do Amazonas, que evoluiu de moderada para grave. Houve, ainda, expansão das áreas com seca fraca e moderada nos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará. Permaneceram áreas com seca grave e extrema no noroeste do Mato Grosso, nas bacias dos rios Madeira e Tapajós, e no sudoeste do Amazonas, na bacia do rio Purus. As anomalias negativas de precipitação contribuíram para a ampliação das áreas afetadas, que passaram a abranger grande parte do território dos estados do norte do país.

Com a atuação do fenômeno *El Niño*, associada às condições de seca prolongada e as mudanças climáticas, registrou-se um aumento expressivo na ocorrência de incêndios florestais no Brasil durante o mês de outubro de 2023. Essas condições atmosféricas anômalas favoreceram o surgimento e a propagação do fogo, com destaque para todo o território da Amazônia Legal. Nesse período, queimadas provocadas por ações humanas ou causas naturais foram intensificadas por fatores climáticos, o que resultou na ampliação dos eventos de queima na vegetação e para o maior número de áreas queimadas para o mês de outubro em 15 anos.

Outro monitoramento de riscos de queimadas e incêndios florestais, o Infoqueima (Inpe, 2023), aponta dados relevantes sobre a ocorrência e distribuição dos focos de fogo na Amazônia Legal. Em outubro de 2023, foram detectados 39.692 focos de incêndio em todo o território nacional, dos quais 26.366 ocorreram na Amazônia. A distribuição por biomas no mesmo período indicou a Amazônia como o bioma com maior número de ocorrências com 56%, seguido pelo Cerrado (21%), Caatinga (17%) e os demais (6%) (Inpe, 2023).

O problema se torna mais evidente ao analisar os estados com maior número de picos. Na lista dos 10 municípios brasileiros com o maior número de focos de fogo registrados pelo satélite de referência do Inpe, nove estão localizados na região norte e apenas um no centro-oeste. Entre esses, seis pertencem ao estado do Pará, dois ao Amazonas e um a Rondônia; o único município fora da região norte foi localizado no estado do Mato Grosso.

Considerando os dados apresentados, principalmente pelo Inpe, a cobertura jornalística se torna fundamental para promover a visibilidade da temática ambiental. Segundo Bueno (2007), a função do jornalismo é instigar a conscientização pública e democratizar a informação científica e tecnológica relacionada às questões ambientais. Além disso, segundo o autor, o jornalismo ambiental atua como mediador entre os problemas ambientais, ecológicos e a sociedade, oferecendo compreensão crítica sobre temas complexos que afetam diretamente o bem-estar coletivo.

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental desempenha várias funções, mas três delas ganham destaque: a função informativa; a função pedagógica e a função política. A primeira preenche a necessidade que as pessoas têm de estar atualizadas sobre os principais temas da questão ambiental, considerando o impacto dessa temática na qualidade de vida da sociedade. Sobre a função pedagógica, é a busca por explicações das causas e soluções para os problemas ambientais, além de indicar caminhos para a superação desses problemas. Por fim, Bueno (2007) destaca a função política do jornalismo ambiental, que diz respeito ao sentido

mais amplo da política e do engajamento dos cidadãos no enfrentamento dos problemas ambientais que aflige a população.

O autor defende ainda que a imprensa deve expressar a pluralidade de opiniões, fontes e perspectivas na cobertura ambiental, pois é necessário apresentar uma visão ampla e integrada da realidade. No contexto da cobertura de incêndios e crises ambientais, o jornalismo não apenas informa, mas atua como instrumento de mobilização social. Assim, para que a cobertura ambiental cumpra sua função, é importante que seja compreendido a complexidade dos problemas ambientais, considerando suas múltiplas dimensões.

A pauta ambiental deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente. A pauta deve encaminhar o debate da questão ambiental para soluções não mágicas, portanto não fantasiosas, já que, na verdade, os problemas quase sempre são amplos, complexos, mas muito concretos e de solução a médio e longo prazos (Bueno, 2007, p. 41).

Dessa forma, é papel da cobertura ambiental noticiar além das consequências, é preciso explicar as causas para mobilizar a população em soluções para o problema. O jornalismo deve compreender e revelar os fenômenos estruturais por trás de eventos climáticos. Essa abordagem é fundamental para que a população compreenda os processos que levam à intensificação de secas, picos de fogo, incêndios e outros impactos ambientais, e possa, assim, se preparar para possíveis recorrências.

Bueno (2007) também defende que o jornalismo ambiental deve ser fundamentado no domínio das informações, “dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate” (Bueno, 2007, p. 22). Para isso, o jornalista deve adotar uma postura crítica, analisando as questões ambientais com complexidade, reconhecendo a temática e sua relação com fatores sociais, econômicos e políticos. É importante que a cobertura ambiental provoque uma discussão sobre as escolhas e ações que impactam o meio ambiente, em especial o maior bioma brasileiro, a Amazônia. Nesse contexto, a televisão como meio mais presente nas casas dos brasileiros (94,9%<sup>3</sup>), assume papel de destaque.

---

<sup>3</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o número de domicílios do país com TV subiu de 69,6 milhões para 71,5 milhões, representando 94,9% dos domicílios do Brasil. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv>. Acesso em: 20 jun. 2025.

## **TELEJORNALISMO NO BRASIL: O CASO DO JORNAL NACIONAL**

A década de 1950 inicia como uma transformação na história da comunicação com a chegada da televisão no Brasil. A implantação da tecnologia televisiva foi liderada pelo empresário Assis Chateaubriand Bandeira de Melo e marcou um novo ciclo no desenvolvimento dos meios de comunicação no país. Proprietário do conglomerado Diários Associados, que reunia jornais, revistas e uma ampla rede de rádios, Chateaubriand utilizou seu capital econômico e político para introduzir o novo veículo, adquirindo tecnologia diretamente dos Estados Unidos. Dessa forma, a televisão no Brasil surge por meio do capital privado e é inaugurada com o nome de PRF-3 TV Tupi, em São Paulo, sob o comando do grupo Diários Associados (Silva, 2018; Rocha; Silva, 2015; Paternostro, 2006).

A cerimônia oficial de inauguração da televisão brasileira ocorreu em 18 de setembro de 1950, com a transmissão do programa TV na Taba, pela PRF-3 TV Tupi. Conforme Rocha e Silva (2015), a primeira exibição de um telejornal aconteceu no dia seguinte à estreia da TV, em 19 de setembro de 1950. O primeiro telejornal brasileiro foi denominado de Imagens do Dia e estreou com a apresentação de notícias locais lidas pelo locutor Ruy Rezende, que era também produtor e redator. Esse telejornal permaneceu no ar entre setembro de 1950 e dezembro de 1951, sendo substituído em janeiro de 1952 pelo Telenotícias Panair.

Segundo Silva (2018) e Rocha e Silva (2015), o próximo grande telejornal da época surgiu de um programa radiofônico, o Repórter Esso, considerado o primeiro programa de radiojornalismo do Brasil, com estreia em 28 de agosto de 1941 na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, o maior sucesso do Esso aconteceria na sua versão televisiva, intitulada O Seu Repórter Esso, que estreou em abril de 1952 .

O Seu Repórter Esso ia ao ar de segunda a sábado, às 19h45, e foi, sem dúvida, um marco na TV brasileira, não só pelo serviço informativo que restava, mas também pela seriedade e credibilidade impostas por seu apresentador, que, desde o início do programa, trabalhou com a equipe de redatores – R. Magalhães Júnior, Marcos Reis e Maurício Dantas com sua equipe de cinegrafistas muito competentes (Lorêdo, 2000, p. 42).

Os primeiros telejornais da década de 1950 eram marcados por uma forte influência do rádio. Conforme Rezende (2000), os jornais apresentavam baixa qualidade técnica e eram produzidos de forma precária devido à limitação de recursos disponíveis, praticamente toda a programação era realizada “ao vivo” nos estúdios, com pouca ou nenhuma cobertura externa. A presença majoritária de profissionais oriundos do rádio revelava a forte influência do

modelo radiofônico. Por ausência de recursos técnicos, os apresentadores falavam diretamente para a câmera, sem a interatividade e a diversidade de formatos que caracterizam o jornalismo contemporâneo.

De acordo com Coutinho (2012), durante muito tempo a televisão atuou com boa parte da programação veiculada ao vivo e com linguagem semelhante ao rádio, mas com imagens dos locutores. Dessa forma, os telejornais mantinham a narração dos fatos por meio de textos curtos e descritivos. Assim, conforme Leal Filho (2000), a televisão no Brasil teve como matriz o rádio, diferente dos Estados Unidos que seguiu a inspiração do cinema e da Europa, que se espalhou no teatro.

Em 1960, dez anos após a inauguração da TV no Brasil, o telejornalismo caminhava para novos formatos, uma vez que a tecnologia também avançava na época. Segundo Rocha e Silva (2015), a primeira transformação ocorreu em 1962, quando a TV Excelsior exibiu o Jornal de Vanguarda como uma proposta de ruptura com os padrões tradicionais herdados do radiojornalismo. O telejornal introduziu uma nova linguagem televisiva, marcada pela presença de múltiplos locutores e comentaristas em estúdio, além de um visual mais dinâmico. Apesar do sucesso, o programa não resistiu ao golpe militar de 1964 e foi extinto por sua própria equipe após o Ato Institucional nº 5.

É no contexto da Ditadura militar que surge o que seria, futuramente, a maior emissora do país: a TV Globo. A emissora foi inaugurada em 26 de abril de 1965, no Rio de Janeiro. Sua criação só foi possível graças a um acordo com a empresa norte-americana Time-Life, que forneceu equipamentos, profissionais especializados e cerca de cinco milhões de dólares em investimentos. Apesar de a Constituição Brasileira proibir a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação, o regime militar tolerou a associação em troca do apoio político da emissora. A programação da TV seguiu o padrão norte americano e passou a exibir novelas, filmes e o programa jornalístico (Rezende, 2000; Paternostro, 2006; Silva e Rocha, 2015).

O proprietário e idealizador da emissora, Roberto Marinho, possuía uma visão clara para a Globo; torná-la uma rede com transmissão nacional. Em 1º de setembro de 1969 entra ao ar a primeira edição do Jornal Nacional (JN), com a apresentação de Hilton Gomes e Cid Moreira, o jornal se tornaria a maior referência acerca de um padrão telejornalístico do Brasil. O telejornal estreou ao vivo em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo através do sistema de micro-ondas Tronco Sul e transmissão via satélite. (Memória Globo, 2024).

A TV Globo apresentou ao telespectador um novo modelo de jornalismo, sendo a primeira vez que um jornal garantiu a constância na junção de imagens e textos e apresentou uma boa divisão editorial. Para Coutinho (2012), o JN alcançou um espaço nunca antes ocupado por outros telejornais, ocupando lugar de destaque na sociedade brasileira. Ao final da década de 70, o telejornal já havia conquistado um público fiel e a credibilidade da população. Seguindo o modelo norte-americano de telejornalismo e acompanhando as inovações mercadológicas e tecnológicas, o JN foi crescendo em audiência e credibilidade.

[...] O tempo passava e o enorme índice de popularidade do Jornal Nacional mantinha-se inalterado graças à estratégica medida de inseri-lo entre as novelas das sete e das oito, programas de maior audiência da televisão brasileira. Em 1979, o JN alcançava a prodigiosa marca de 79,9% da audiência nacional, o que correspondia a 11.985 mil televisores e 59.925 mil telespectadores ligados no noticiário (Rezende, 2000, p. 117).

Apesar de sofrer com oscilações na audiência ao longo de 55 anos de exibição, o Jornal Nacional se mantém, até os dias atuais, como a maior referência de telejornalismo no Brasil. Em 2023, o JN registrou a marca de 24,8 pontos no Ibope<sup>4</sup>, quatro vezes maior do que o segundo jornal mais assistido do país. Esse número representa o papel central do jornalismo da Globo como uma mediação da realidade social. Dessa forma, o Jornal Nacional se constitui como um importante fragmento da cultura telejornalística do país, consolidando-se como uma das principais fontes de informação e interpretação dos acontecimentos cotidianos. Ao ser classificado como o telejornal de maior audiência, o JN contribui significativamente para a construção da narrativa pública e para a legitimação de determinados discursos em escala nacional no Brasil.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa apresentada é de natureza básica, pois visa gerar conhecimentos e reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento de uma área específica, sem ter uma aplicação prática já definida. Quanto aos objetivos, o trabalho adota uma abordagem descritiva, focando na observação, registro e análise dos dados. O objetivo é destacar as características, causas e relações presentes no contexto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013; e Gil, 2021). Ao abordar a temática ambiental e o jornalismo ambiental, o presente trabalho segue as proposições de

---

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://kantariibopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-20-03-a-26-03-2023/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

Bueno (2007), considerando aspectos teóricos e de pesquisa sobre comunicação e meio ambiente.

Quanto aos processos técnicos, a primeira parte da pesquisa foi a revisão bibliográfica em livros e artigos para a contextualização das temáticas, sobre: telejornalismo no Brasil e o Jornalismo Ambiental, Jornal Nacional e as queimadas na Amazônia. Posteriormente, procedeu-se com a coleta de dados para análise. Para tanto, foram coletadas 28 edições do Jornal Nacional, correspondente ao mês de outubro e considerando que o JN não vai ao ar aos domingos. As edições foram coletadas no aplicativo Globoplay, que disponibiliza todas as edições do telejornal na íntegra.

O objetivo da pesquisa é analisar a cobertura das queimadas na Amazônia em 2023 ou a falta dela pelo Jornal Nacional. Para tanto, utilizou-se da Análise da Materialidade Audiovisual proposta por Coutinho (2016; 2018; 2022). A metodologia tem o intuito de proporcionar uma análise abrangente das particularidades da narrativa audiovisual. Conforme a autora, é preciso selecionar o objeto de pesquisa e realizar um levantamento minucioso das demandas a serem investigadas, visando estabelecer uma interlocução com os referenciais adotados no estudo e uma ficha de análise (Quadro 1).

Quadro 1 – Ficha de análise dos dados coletados nas edições do JN

Data	Pauta	Formato	Tempo	Imagens	Fontes	Autoria
Data da edição.	Resumo do que foi abordado sobre a temática no telejornal	Formato (nota coberta, nota seca, reportagem e grande reportagem)	Tempo do jornal destinado a tratar das queimadas na Amazônia.	Principais imagens utilizadas na cobertura das queimadas na Amazônia.	Fontes ouvidas nos materiais telejornalísticos analisados.	Jornalista responsável pelo material telejornalístico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Coutinho (2016).

O mapeamento das edições do JN iniciou no dia 2 de outubro de 2023 – considerando que o dia 1 se trata de um domingo – até o dia 31 de outubro de 2023. Após a coleta de dados das edições, utilizou-se a tabela de análise, destacando os principais pontos da cobertura e qual foi teor das produções jornalísticas. Nesse processo, espera-se que sejam reveladas as estratégias do discurso, modos de expressão e os sentidos evidentes ou não, das narrativas audiovisuais. Resumidamente, o protocolo visa uma maneira abrangente de examinar e compreender os elementos presentes no telejornalismo (Coutinho, 2016; 2018; 2022).

Para tanto, são analisados os cinco elementos audiovisuais: texto, som, imagem, tempo e edição. Isso possibilitou uma análise da natureza audiovisual do objeto. Após toda a coleta e

estudo do material organizado, foi possível perceber a construção da narrativa do Jornal Nacional, o favorecimento ou desfavorecimento de alguns estados do norte do Brasil, as imagens, as fontes e o teor da cobertura sobre a tragédia ambiental ocorrida em 2023, que afetou – e ainda afeta – tantas pessoas. Os dados são apresentados e discutidos a seguir.

## OS INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA EM REDE NACIONAL: O QUE NOTICIOU O JN?

Foram analisadas todas as edições do Jornal Nacional em outubro de 2023, período classificado como o mês de outubro mais incendiário em 15 anos. Por meio da coleta de dados, foi possível reunir o material veiculado pelo telejornal sobre a temática e sintetizar o perfil da cobertura jornalística no quadro abaixo:

Quadro 2 - Ficha de análise dos dados coletados

Data	Formato	Tempo	Imagens	Fontes	Autoria
A cobertura do Jornal Nacional ocorreu em dias intercalados, no período de 03/10/2023 a 16/10/2023.	Reportagens tradicionais do telejornalismo o diário, sem grandes reportagens ou maior aprofundamento.	Em 28 dias de coleta foram realizadas 6 reportagens e 1 nota coberta, totalizando 10 minutos e 41 segundos para a temática.	Seca de rios, barcos encalhados, focos de fogo, céu nublado de fumaça, cidades em cinza, carros andando pela cidade em chamas, pessoas tentando apagar o fogo.	Delegados, pessoas afetadas por secas e queimadas, comunidade indígena, meteorologista, médica, polícia, ministra do meio ambiente, governador do Amazonas, vice-presidente da República.	Das seis reportagens, cinco foram realizadas no estado do Amazonas, três delas pelo repórter da Rede Amazônica Alexandre Hisayasu, uma por Daniela Branches e uma por Catiane Moura. A sexta reportagem foi realizada por Regina Souza, em São Luís. No Jornal Nacional, o apresentador Helter Duarte apresentou uma nota coberta.

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

A cobertura do telejornal iniciou no dia 3 de outubro de 2023, com uma reportagem de 2 minutos e 20 segundos, assinada por Daniela Branches, de Manaus (AM). A reportagem foi produzida pela Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo em cinco estados da região Norte. A matéria abre com um off que destaca uma combinação extrema de fatores: altas temperaturas, estiagem prolongada e vazantes dos rios, elementos que contribuem para a propagação dos focos de incêndio florestal e o avanço da fumaça no município de Iranduba, no Amazonas.

A passagem da repórter, com duração de 21 segundos, mostra um canal abastecido pela água do rio negro, mas que havia se transformado em um córrego totalmente seco, onde mais de duas mil famílias sofriam com as consequências da estiagem. O conteúdo é encerrado com

uma nota pé<sup>5</sup> lida por William Bonner, informando que o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou que o governo federal iria destinar cerca de R\$138 milhões para a instalação de duas dragas nos rios Solimões e Madeira, com o objetivo de facilitar a navegação afetada pela seca.

A reportagem inicia abordando as queimadas e os focos de incêndio, mas direciona seu foco principal para a estiagem e a seca severa que afetou o estado do Amazonas. As imagens iniciais evidenciam áreas de floresta em chamas e a propagação intensa da fumaça pelo território, além de apresentarem o trabalho de brigadistas e do Corpo de Bombeiros no combate ao fogo. No dia seguinte, 4 de outubro de 2023, a segunda reportagem abordou a seca e as altas temperaturas como fatores que contribuíram para a propagação dos incêndios no estado do Amazonas, com foco no município de Iranduba e na capital Manaus. Com duração de 1 minuto e 40 segundos, a matéria apresentou imagens aéreas feitas a partir de um helicóptero, registrando a atuação da Marinha sobre os focos de incêndio e a densa fumaça que cobria a floresta. A reportagem, com autoria de Alexandre Hisayasu, da filial Rede Amazônica, incluiu uma passagem de 14 segundos do repórter a bordo do helicóptero, que acompanhava os esforços para conter os focos de incêndio.

O conteúdo da primeira semana foi encerrado com duas reportagens convencionais, totalizando quatro minutos de cobertura, destacando a seca e a estiagem como fatores que contribuíram para intensificar os incêndios e focos de queimada no Amazonas. Nas duas primeiras reportagens sobre o tema, observa-se a predominância de fontes oficiais. A primeira matéria contou com depoimentos de uma moradora e vigia de barcos encalhados, além de mencionar posicionamentos dos governos do Estado e Federal. Já a segunda reportagem utilizou como fonte um delegado de Manaus, a fala do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e menções à atuação da Defesa Civil. As reportagens deixam de estabelecer contato direto com a população afetada e não apresentam uma diversidade de fontes que permita compreender e aprofundar a complexidade do tema. Além disso, o conteúdo não contempla os impactos das queimadas sobre o território nem os efeitos do fogo na vida e na saúde das pessoas, o que evidencia a superficialidade com que o assunto é tratado.

Após um intervalo de seis dias sem novas reportagens sobre o tema, a pauta retornou à editoria do Jornal Nacional em 11 de outubro de 2023. A segunda semana de cobertura inicia com uma matéria da repórter Catiane Moura, da afiliada Rede Amazônica, em Manaus. Com 1 minuto e 52 segundos de cobertura, o material aborda as queimadas na capital do Amazonas

---

<sup>5</sup> Nota breve e ao vivo lida pelo apresentador no final de uma matéria, com esclarecimentos ou complemento à reportagem (Paternostro, 2006).

de forma mais completa. A reportagem aponta que o fogo, em muitos casos, é causado pelo desmatamento intencional, prática comum para abertura de áreas. A repórter também apresenta dados sobre a extensão dos incêndios e como o fogo pode ser prejudicial para a saúde da população. O material recorre a fontes diversas, incluindo uma estudante, um agricultor, um delegado da Polícia Federal, um professor de meteorologia e o governador do Amazonas, demonstrando pluralidade na seleção das vozes. Essa variedade contribui para ampliar a abordagem da pauta, articulando os impactos diretos sobre a população com as ações adotadas pelo poder público para solucionar o problema.

Os conteúdos veiculados nos dias 12 e 13 de outubro de 2023 mantiveram a mesma linha de aprofundamento observada na cobertura do dia 11. Com ambas as reportagens assinadas pelo repórter Alexandre Hisayasu, o material abordou a fumaça e as queimadas em diversas áreas do estado do Amazonas. As matérias apresentaram dados relevantes e uma ampla variedade de fontes, dialogando com moradores locais, médicos, lideranças indígenas e representantes governamentais e institucionais. A reportagem do dia 12 teve duração de 2 minutos e 17 segundos, enquanto a do dia 13 totalizou 2 minutos e 11 segundos. Durante os três dias consecutivos de cobertura, três imagens (figura 1) se repetiram ao longo do material.

Figura 1 - Imagens repetidas na cobertura do JN



Fonte: Captura de tela / Globoplay, 2025.

É compreensível que, por se tratar de uma mesma temática, as reportagens sigam uma linha semelhante de abordagem e que ocorra a repetição de imagens. No entanto, essa repetição também revela uma limitação no conteúdo, que tende a permanecer no senso comum, sem avançar para outras perspectivas ou aprofundamentos analíticos. A cobertura permanece ancorada em um tratamento generalizante das queimadas e dos picos de incêndio, sem aprofundar outras dimensões relevantes do fenômeno, como suas causas estruturais, implicações socioambientais específicas ou os conflitos sociais, econômicos e políticos relacionados ao tema.

A segunda semana de cobertura da temática encerra no dia 14 de outubro de 2023, com uma nota coberta<sup>6</sup> lida pelo apresentador Helter Duarte. A nota aborda o tema em 21 segundos, destacando uma chuva forte que aliviou os moradores do Amazonas e auxiliou na redução da fumaça na região. Também é apresentado um dado relevante: nas duas primeiras semanas do mês de outubro, o estado já havia registrado quase o dobro de focos de incêndio em comparação com o mesmo período em 2022. As imagens se limitaram a vídeos da chuva e do céu acinzentado.

A terceira e última semana de cobertura do Jornal Nacional sobre as queimadas na Amazônia em outubro teve início e fim no dia 16, com uma reportagem produzida no município de São Luís, no Maranhão. O material foi assinado pela repórter da TV Mirante, Regina Souza, com duração de 1 minuto e 57 segundos. A temática concentrou-se na atuação indígena para conter o avanço do fogo na região do Alto Turiaçu. As fontes presentes na reportagem foram o grupo indígena Guardiões da Floresta e a Secretaria dos Povos Indígenas do Maranhão. As imagens da reportagem evidenciam a organização dos povos indígenas no combate ao fogo, mesmo com os riscos à saúde, a falta de equipamentos adequados e diante da degradação de uma das áreas mais preservadas do estado do Maranhão, que faz parte da Amazônia Legal.

Destaca-se que a cobertura iniciou no dia 3 de outubro de 2023 e seguiu de forma intercalada até 16 de outubro, não havendo menção ao tema após essa data. Nesse período, foram veiculadas seis reportagens e uma nota coberta, totalizando 10 minutos e 41 segundos de cobertura e com depoimentos de 15 fontes. Das seis reportagens, cinco foram produzidas no estado do Amazonas e uma no Maranhão, o que evidencia uma limitação editorial significativa, especialmente diante da exclusão majoritária da região norte da agenda do telejornal. Tal omissão contrasta com os dados apresentados pelo Boletim Mensal de outubro de 2023 do MapBiomas Fogo<sup>7</sup>. Conforme o estudo, entre os dez estados mais atingidos pelas queimadas no mês de outubro, oito pertenciam à Amazônia Legal – sendo seis da região Norte.

Ainda segundo o boletim do MapBiomas Fogo, o estado do Pará liderou o ranking nacional de áreas afetadas por queimadas, totalizando 1.035.027 hectares destruídos pelo fogo no período. Em seguida, destaca-se o estado do Amazonas, com 462.098 hectares queimados. Esses números evidenciam a gravidade da crise ambiental que atingiu, de forma severa, os

---

<sup>6</sup> Texto lido pelo apresentador do telejornal em off e exibição de imagens durante a narração (Paternostro, 2006).

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/11/MapBiomas\\_Boletim\\_mensal\\_Outubro2023.pdf](https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/11/MapBiomas_Boletim_mensal_Outubro2023.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

dois maiores estados da região Norte do Brasil. Ainda entre os mais afetados, o Amapá aparece na sétima posição, com 168.482 hectares incendiados, seguido por Rondônia (150.638 ha), Roraima (145.204 ha) e Tocantins (111.661 ha), revelando a extensão dos incêndios nos territórios amazônicos. A desproporção entre a gravidade da crise climática e a cobertura do JN sugere uma negligência quanto à complexidade socioambiental da região Norte, limitando a percepção pública sobre as queimadas e os impactos territoriais e humanos dessa crise.

É fundamental pontuar que os indicadores de focos de queimadas em 2023 já se apresentavam alarmantes desde o mês de setembro. Segundo dados do Boletim Mensal do MapBiomas Fogo, publicado em setembro<sup>8</sup>, o bioma mais impactado foi a Amazônia, com uma área total de 1.882.407 hectares afetados pelo fogo. No mesmo período, entre os 10 estados brasileiros mais atingidos, o estado do Pará ocupou a primeira posição, com 691.081 hectares queimados. Em seguida, destacam-se os estados do Tocantins (397.572 ha), Amazonas (312.959 ha), Rondônia (264.513 ha), Amapá (134.585 ha) e Roraima (80.502 ha), evidenciando a concentração dos focos de incêndio em seis dos sete estados que compõem a região norte do país.

Assim, ao iniciar a cobertura em outubro, já existia um entendimento comum sobre a gravidade da situação, com diversos desdobramentos em toda a região. Nesse sentido, as reportagens não refletem adequadamente a intensidade da crise, que se agravou em outubro, mas não teve início nesse período. As queimadas observadas no início de outubro foram, na verdade, a continuação e intensificação dos focos registrados em setembro, que foram progressivamente se agravando durante os meses seguintes. Esse contexto justificaria uma abordagem mais aprofundada do tema, uma vez que a situação não era desconhecida, mas resultado de uma série de fatores climáticos, ações humanas e omissões por parte de diferentes esferas de poder.

Diante disso, esperava-se que a cobertura apresentasse diferentes perspectivas, trazendo não apenas o relato dos fatos, mas análises que ajudassem a população a compreender a complexidade da situação. Poderiam ter sido incluídas matérias explicativas sobre as causas ambientais e humanas das queimadas, reportagens especializadas sobre os impactos na saúde pública, na economia e agricultura familiar da região, bem como maior inclusão de vozes das comunidades ribeirinhas e indígenas diretamente afetadas. Além disso, uma abordagem mais

---

<sup>8</sup> Disponível em:

[https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/MapBiomas\\_Boletim\\_mensal\\_Setembro2023.pdf](https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/MapBiomas_Boletim_mensal_Setembro2023.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025

sensível e educativa poderia ter instigado a reflexão da sociedade, fornecendo elementos para o debate e para a cobrança de ações concretas por parte dos gestores públicos.

Levando em consideração os ensinamentos sobre jornalismo ambiental de Bueno (2007), a cobertura jornalística de temas ambientais deve contemplar não apenas as vozes com presença consolidada nos meios de comunicação, como autoridades, especialistas, empresários e políticos, mas também incluir pessoas e organizações historicamente marginalizados pela mídia, como fontes locais, lideranças comunitárias e membros de comunidades diretamente afetadas por questões ambientais. “O jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés” (Bueno, 2007, p.14). Dessa forma, a pluralidade de fontes é um dos fatores essenciais para humanizar a pauta ambiental e denunciar as causas e consequências desses fenômenos em escala nacional, o que foi pouco observado na cobertura do JN.

Além disso, partindo das funções do jornalismo ambiental levantadas por Bueno (2007), verificou-se que o Jornal Nacional apenas atuou na função informativa, destacando os casos das queimadas na Amazônia e ressaltando as possíveis causas e consequências. Com relação às funções pedagógica e política, o telejornal deixou de atuar nesses campos e não ofereceu uma cobertura que orientasse a população sobre a problemática, como lidar com o problema e possíveis soluções para evitar outras ondas de queimadas. Também não apresentou uma cobertura que despertasse engajamento da população nas questões ambientais vivenciadas pelo povo da Amazônia.

Diante disso, essa compreensão sobre o papel do jornalismo ambiental, especialmente das suas funções informativas, pedagógicas e políticas, reforça a responsabilidade dos meios de comunicação na mediação entre a temática e a sociedade. Quando a imprensa assume o compromisso de pautar temas ambientais complexos, como as queimadas na Amazônia, o jornalismo não deve apenas informar o fenômeno do fogo, mas também contribuir para a formação de uma consciência pública crítica e participativa. Nesse sentido, é fundamental reconhecer como a mídia, ao selecionar o que mostrar e o que não mostrar, molda a percepção coletiva sobre o que é relevante no debate público.

De acordo com Mayo (2004, p. 7), “só em tais termos tem sentido uma denominação como a de ‘meios de comunicação’, na medida em que os mesmos são dispositivos de aproximação da audiência dos fatos que, por diversos motivos, são inacessíveis no espaço e no tempo”. Segundo o autor, os debates, acontecimentos e questões sociais que antes circulavam em espaços físicos, agora ganham visibilidade e relevância quando aparecem nos

meios de comunicação. Assim, o que é percebido como realidade pública passa, muitas vezes, a ser aquilo que é mostrado ou destacado nesses meios.

Ao compreender o Jornal Nacional como o telejornal de maior audiência no Brasil, é possível observar que a cobertura midiática realizada pelo veículo não pode ser considerada um instrumento efetivo de aproximação da população com os acontecimentos do país. Com base na análise dos dados, torna-se evidente que o foco da cobertura concentrou-se exclusivamente no Amazonas, enquanto outros cinco estados da região norte foram negligenciados. Dessa forma, o Jornal Nacional contribui para a invisibilização da região e dos impactos enfrentados por diversas populações afetadas pelas queimadas, como a deterioração da saúde, a destruição dos ecossistemas, a perda de moradias, além dos prejuízos vividos por comunidades tradicionais e ribeirinhas. Esses grupos, muitas vezes obrigados a lidar com os incêndios sem apoio ou visibilidade nacional, foram excluídos de uma cobertura que priorizou crises e desastres em detrimento da complexidade da situação.

Para Bueno (Bueno, 2007, p. 27), muitos veículos de comunicação utilizam pautas ambientais “com forma de aumentar a audiência, restringindo-se aos acidentes ambientais que integram o circuito viciado da chamada notícia-espetáculo”. Ao noticiar as queimadas na Amazônia em 2023, a cobertura do JN nos territórios nortistas se restringe ao tradicional, sem aprofundamento ou abordagem em práticas do jornalismo ambiental. Além disso, Bucci (2000, p. 45) critica a maneira quando o jornalismo perde sua função informativa e reflexiva, “[...] quando o jornalismo emociona mais do que informa, tem-se aí um problema ético, que é a negação da sua função de promover o debate de idéias no espaço público”. Sendo assim, quando a cobertura jornalística se baseia em pautar crises ambientais, sem a preocupação de apresentar múltiplas perspectivas, ela deixa de fomentar a reflexão e o diálogo, passando a oferecer narrativas simplificadas, que distorcem a percepção pública dos fatos.

As informações observadas nesta análise também se relacionam com os resultados apresentados por Félix (2022), que estudou a cobertura das queimadas na Amazônia pelo Jornal Nacional durante o mês de agosto de 2019. Embora o telejornal tenha abordado a temática ambiental em todas as 27 edições exibidas naquele período, a distribuição geográfica das reportagens evidenciou uma cobertura excludente para os estados que compõem o norte do país. Segundo o estudo, 30,7% das matérias externas foram produzidas no Distrito Federal, número que representa mais do que o total produzido em todos os estados da Amazônia Legal, que somaram 23%. O Pará aparece com 12,3% das reportagens, seguido por São Paulo (7,6%), enquanto o conteúdo internacional correspondeu a 19,8% do total. A análise de Félix

(2022) evidencia que, mesmo diante de uma grave crise ambiental na Amazônia, a cobertura do Jornal Nacional priorizou as regiões que concentram os centros político-administrativos.

Considerando apenas as matérias produzidas em território brasileiro, a influência de Brasília fez com que mais da metade (51,9%) dos VTs voltados ao meio ambiente no período tenham sido produzidos na região Centro-Oeste. Sequencialmente, a região Norte foi responsável por 21,1% do conteúdo nacional sobre a temática, enquanto o Sudeste respondeu por 17,3%, o Nordeste por 7,6% e o Sul por 1,9% (Félix, 2022, p. 110).

Acerca dos princípios do jornalismo ambiental e da abordagem sobre o meio ambiente, a cobertura sobre as queimadas e os picos de incêndio é generalista e não explora causas estruturais, conflitos socioambientais ou as implicações políticas e econômicas locais. A falta de profundidade na temática ambiental observada nesta pesquisa também foi identificada por Pimentel (2022), que investigou a cobertura das queimadas na Amazônia feita pelo Jornal Nacional entre agosto de 2019 e setembro de 2020. O autor selecionou oito matérias a partir de dois critérios: o recorte de veiculação, com quatro reportagens entre agosto e dezembro de 2019 e quatro entre janeiro e setembro de 2020 e o limite de duração, considerando apenas conteúdos com até quatro minutos e trinta segundos.

A análise de Pimentel (2022) revelou a predominância de enquadramentos institucionais e econômicos, com ênfase nos impactos das queimadas sobre a economia nacional. As fontes mais recorrentes foram autoridades oficiais e especialistas, com pouca presença de vozes alternativas, locais ou comunitárias. Apenas uma matéria apresentou enfoque ecossocial relacionado com as práticas do jornalismo ambiental, centrado na pluralidade de vozes, no protagonismo das pessoas afetadas e em valores como solidariedade, sustentabilidade e bem-estar coletivo.

Nesse sentido, verifica-se que o Jornal Nacional é marcado por abordagens simplificadas, que reduzem a complexidade dos problemas ambientais e reforçam padrões históricos de invisibilização das populações e territórios diretamente afetados. A análise das edições do telejornal revela que o foco da cobertura das queimadas em outubro de 2023 não foi direcionado aos estados da região Norte e que, mesmo quando o tema em pauta é a Amazônia, a região como um todo não é devidamente considerada. A ausência de uma abordagem ampla e representativa evidencia a negligência desses territórios no noticiário nacional, contribuindo para o apagamento das realidades locais e para o enfraquecimento da pluralidade regional no discurso midiático sobre o meio ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado neste trabalho evidencia que a cobertura do Jornal Nacional sobre as queimadas na Amazônia em outubro de 2023 foi marcada por abordagens limitadas, centralizadas e pouco comprometidas com a extensão territorial da Amazônia. Ao longo de 28 edições, o tema recebeu apenas 10 minutos e 41 segundos de atenção, distribuídos em seis reportagens tradicionais e uma nota coberta, veiculadas em um período intercalado entre 3 e 16 de outubro. Dentre essas, uma reportagem foi produzida no Maranhão e cinco se concentraram no estado do Amazonas, com foco exclusivo na capital e nos municípios de Iranduba e Autazes, sem o envio de repórteres a locais mais distantes.

Nesse sentido, cinco estados da região norte do Brasil foram excluídos da cobertura do JN, sem menção durante as 28 edições do telejornal. São eles: Pará (o estado que mais queimou no mês), Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, que enfrentaram as queimadas sem qualquer atenção da mídia nacional. Além disso, a cobertura também ignorou a devastação em áreas mais remotas, os efeitos sobre a saúde da população, a perda da rotina, de moradias, e os esforços comunitários das populações mais distantes para enfrentar os incêndios, optando por uma narrativa restrita, com imagens repetidas e pouca diversidade de fontes. A falta de deslocamento de jornalistas e de múltiplos enquadramentos reforça ainda mais um padrão de apagamento midiático já observado em outras crises ambientais na Amazônia.

É fundamental reconhecer que discutir a Amazônia é, simultaneamente, discutir territórios nortistas. A região Norte e suas populações tradicionais desempenham um papel central na preservação do bioma, uma vez que a relação com a floresta está profundamente enraizada em sua identidade: ser nortista é, antes de tudo, ser amazônida. Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi analisar como o Jornal Nacional, maior telejornal do país, pautou as queimadas ocorridas nesses territórios, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, buscando compreender se houve uma cobertura adequada das áreas afetadas pelo fogo. Ao analisar as matérias e a superficialidade do conteúdo veiculado, a pesquisa demonstrou que o telejornal não contemplou os princípios do jornalismo ambiental e falhou em transmitir aos telespectadores a gravidade da crise socioambiental enfrentada no mês de outubro de 2023, classificado como o mais incendiário dos últimos 15 anos.

Diante desse cenário, torna-se indispensável repensar os critérios jornalísticos adotados na cobertura de eventos ambientais no Brasil. A negligência em relação à pluralidade regional e à escuta de comunidades afetadas compromete o direito à informação e a construção de uma

opinião pública crítica. O jornalismo ambiental, quando bem executado, é uma ferramenta para promover o debate público, educar e mobilizar a sociedade em torno de questões urgentes. A televisão, mesmo sendo um meio com grande poder de visibilidade, nem sempre consegue representar de forma justa a realidade vivida pelas pessoas afetadas. A decisão sobre o que noticiar não deveria se basear apenas em critérios editoriais relacionados à noticiabilidade e à audiência, pois é fundamental que o jornalismo preserve seu compromisso social, representando a verdade dos fatos com uma apuração digna e responsável.

## REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33–44, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897/8391>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e público: sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. *In*: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska. (orgs.). **O Brasil (é) ditado**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 21-42.

COUTINHO, Iluska; ANDRADE, Ana Paula Goulart de. Análise da materialidade audiovisual (AMA): relato sobre as experiências de um método em fluxo para compreender o jornalismo em telas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE JORNALISMO, 21., 2022, Teresina. **Anais** [...] Teresina: ABEJ, 2022. Disponível em: <https://repositorio.abejor.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Analise-da-materialidade.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual – Da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. *In*: ÉMERIM, Carlida; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (orgs.). **Epistemologias do Telejornalismo Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, 2016, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FÉLIX, Lucas Rodrigues. **A crise ambiental na Amazônia em 2019**: análise da cobertura do Jornal Nacional. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos de Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/2bbbe771-8570-4fd3-adc0-0bb51c8000b5/content>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Infoqueima**. v. 8, n. 10, São Paulo: Inpe, 2023. Disponível em: [https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/Infoqueima/2023/2023\\_10\\_infoqueima.pdf](https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/Infoqueima/2023/2023_10_infoqueima.pdf). Acesso em: 15 jan. 2025.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A TV pública. *In*: HAMBURGER, Esther; BUCCI, Eugênio (orgs.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

LORÊDO, João. **Era uma vez... a televisão**. São Paulo: Ed. Alegro, 2000.

MAYO, Enrique Castelló. **La producción mediática de la realidad**. Madrid: Laberinto, 2004.

MEMÓRIA GLOBO. **Concepção e estreia**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2024. Disponível em: [https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/concepcao-e-estreia.ghtml#ancora\\_1](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/concepcao-e-estreia.ghtml#ancora_1). Acesso em: 20 jan. 2025.

PAINEL EL NIÑO. Boletim Mensal n. 02: Painelel Niño 2023-2024. 20 out. 2023. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/El-Ni%C3%B1o-2023-boletim-de-outubro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: Manual de Telejornalismo**, editora Campus. Rio de Janeiro, 2006.

PIMENTEL, Filipe. **Incêndios e queimadas na Amazônia: posicionamentos editoriais adotados pelo Jornal Nacional**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240110/001142181.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Feevale, 2013.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. Summus Editorial, 2000.

ROCHA, Liana Vidigal; SILVA, Edna Mello. Do Imagens do Dia ao Hora Um: um panorama histórico do telejornalismo nacional. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO IBERCOM, 14., 2015. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: IBERCOM, 2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/280555869\\_DO\\_IMAGENS\\_DO\\_DIA\\_AO\\_HORA\\_UM\\_UM\\_PANORAMA\\_HISTORICO\\_DO\\_TELEJORNALISMO\\_NACIONAL](https://www.researchgate.net/publication/280555869_DO_IMAGENS_DO_DIA_AO_HORA_UM_UM_PANORAMA_HISTORICO_DO_TELEJORNALISMO_NACIONAL). Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Edna de Mello. Fases do telejornalismo: uma proposta metodológica. *In*: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane. **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018.